

Alerta e convite para os Conselhos Participativos Municipais incidirem no PPA e na LOA 2026

Grupo de Trabalho Democracia Participativa da Rede Nossa SP/ ICS (GT-DP)

13 de outubro de 2025

A Câmara Municipal recebeu a proposta do Executivo para o Plano Plurianual 2026-2029, e também a Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2026. O prazo para a aprovação dos dois projetos é 31/dez.

A proposta manteve o inovador Artigo 5º do PPA anterior, que introduziu o Índice de Distribuição Regional do Gasto Público – IDRGP, com o objetivo de reduzir desigualdades territoriais no Município. O valor global nos 4 anos ‘não poderá ser inferior a 10 bilhões de reais, ou seja, o dobro do PPA anterior.

Esse aumento foi motivado pela constatação de que entre 2022 e 2024, ou em três anos do PPA vigente, a prefeitura já tinha aplicado R\$ 12,9 bilhões de acordo com o IDRGP – bem mais do que o mínimo de 5 bilhões. Mas, aqui, vem o **primeiro** alerta: no balanço realizado pela Secretaria de Planejamento (1), a regionalização desse montante ficou concentrada nas Subprefeituras com menores índices de vulnerabilidade – portanto, o resultado ficou distante do objetivo de reduzir as desigualdades na cidade.

Para mais esclarecimentos, vale a pena ler o artigo na página da Rede Nossa São Paulo: **Desigualdade no orçamento da cidade de São Paulo persiste mesmo com uso do IDRGP**, do qual destacamos este trecho:

Como melhorar a aplicação do IDRGP?

Apesar de ser uma iniciativa inovadora e necessária, a efetividade do IDRGP depende de compromisso político, transparência e fiscalização social. O índice precisa:

- 1. Guiar efetivamente a execução orçamentária, não apenas servir como referência técnica.*
- 2. Ser incorporado às leis orçamentárias anuais (LOAs) de maneira mais vinculante.*
- 3. Contar com instrumentos de controle social e de participação cidadã que assegurem que os recursos cheguem a quem mais precisa.*

A atual gestão municipal precisa se comprometer não apenas com a ampliação dos recursos, mas com a sua correta distribuição, revertendo décadas de negligência às regiões mais vulneráveis de São Paulo. (2)

Nos próximos meses, os conselheiros dos CPMs e demais Conselhos Municipais precisam dialogar com a Câmara para introduzir aperfeiçoamentos no texto do Projeto de Lei do PPA 2026-2029 – e também no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA - para 2026! Estamos falando de valores bem distintos, e maiores, do que os praticados no atual Orçamento Cidadão – R\$ 10 milhões por subprefeitura.

E levantamos aqui o **segundo** alerta: o PLOA para 2026 - do primeiro ano do próximo PPA – também continua com muitas distorções, e bem distante dos propósitos de reduzir as desigualdades socioterritoriais pretendidos pelo Artigo 5º do PPA!

A Secretaria da Fazenda publicou, junto com o PLOA, a Base de Dados do Quadro Detalhamento da Regionalização (3) – e conseguiu ‘ratar’ 60% do orçamento proposto de R\$ 135,4 bilhões

para os territórios das 32 subprefeituras. Na mensagem do prefeito sobre o PLOA, são apresentados mapas da distribuição das despesas gerais e dos projetos (investimentos), por subprefeituras e pelas 5 regiões da cidade. O total de investimentos previstos para 2026 é de R\$ 17,5 bilhões.

O que fizemos a mais: mapeamos os projetos (investimentos) e atividades (despesas correntes) da lista utilizada pela prefeitura no Relatório de Monitoramento do IDRGP referente a 2024. Assim, separamos o montante que estaria voltado para o cumprimento do Artigo 5, de R\$ 6,57 bilhões. Este total é um pouco maior do que o apurado pelo Planejamento em investimentos em 2024. E ele já seria bem maior do que o valor mínimo previsto pelo PPA – R\$ 2,5 bilhões.

Mas ao confrontar o ‘rateio’ desse total com o que seria o ‘Alvo’, ou seja, os valores que deveriam ser destinados aos territórios de cada subprefeitura de acordo com o novo IDRGP, vemos que apenas duas das dez subprefeituras com maior vulnerabilidade receberiam mais do que o ‘Alvo’; no lado oposto, oito das 10 subprefeituras com os menores valores do IDRGP estariam recebendo mais do que o ‘Alvo’ – duas com mais do que o triplo.

É preciso destacar que estas distorções ainda podem ser corrigidas, ou terem muitos aperfeiçoamentos, se os vereadores quiserem; e isto requer um diálogo com os cidadãos e os Conselhos Municipais.

Outra observação necessária, é que estamos analisando a proposta orçamentária. Depois de aprovada, mudará bastante ao longo do ano de execução: em 2023, o total dos investimentos aprovado (R\$ 11 bilhões) teve um aumento de 50%, mas o total liquidado ficou abaixo do inicial. Algumas secretarias mais ágeis conseguiram atingir liquidações bem maiores. Em 2024, o total de investimentos aprovado (R\$ 15,4 bilhões) teve um aumento de 30% no ano, mas a liquidação também ficou abaixo do inicial. Já o total dos investimentos aprovado para este ano de 2025 foi igual ao de 2024, e foi pouco modificada até setembro. É provável que a liquidação total dos investimentos fique próxima de 60%.

Os dois alertas que levantamos pretende valorizar a participação cidadã junto à Câmara Municipal, a quem cabe a apreciação destas duas propostas, do PPA e da LOA, e que precisam ser analisadas em conjunto. E o maior desafio desta megacidade é o de reduzir as enormes desigualdades sociais e territoriais, que se expressa no dia a dia dos moradores, com o sentido de exclusão e abandono, e que mantém alta a preocupação com a segurança, comprometendo a fruição da cidade.

O Artigo 5º do PPA anterior e mantido para o próximo, pretendeu enfrentar, mesmo que de forma ainda tímida, este desafio – e é neste período, até o final do ano, que podemos aproveitar para melhorar a proposta.

- (1) Relatório de Monitoramento do IDRGP - Exercício 2024. Ver o resultado acumulado de 3 anos nas pg 27 a 29. Em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/planejamento/w/plano_plurianual/367176
- (2) [Desigualdade no orçamento da cidade de São Paulo persiste mesmo com uso do IDRGP - Rede Nossa São Paulo](#) – 11 de julho de 2025
- (3) Ver: <https://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/proposta.php>